

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

LIMITAÇÕES NOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E CONFLITOS NA PREVENÇÃO DE
DANOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA

Marck Fernandes Siqueira (Centro de Ensino Superior do Amapá) - greicedysouza@bol.com.br
Graduando em Direito

Marcus Vinicius da Silva Favacho (Centro de Ensino Superior do Amapá) *Graduando em Direito e Arquitetura
e Urbanismo*

Adirleide Greice Carmo de Souza (Centro de Ensino Superior do Amapá) - prof.adirleide@gmail.com
Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas



LIMITAÇÕES NOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E CONFLITOS NA PREVENÇÃO DE DANOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA

Marck Fernandes Siqueira¹
Marcus Vinicius da Silva Favacho²
Adirleide Greice Carmo de Souza³

RESUMO

O trabalho teve como objetivo apresentar os fatores que comprometem a eficácia do estudo de impacto ambiental-EIA na prevenção de danos socioambientais decorrentes de hidrelétricas na Amazônia. A pesquisa foi realizada com base em Estudo Teórico-Jurídico, através de consultas as legislações vigentes, suporte teórico com base nos autores do Direito Ambiental e de áreas afins, além de estudos de casos publicados. Deste modo, foi possível inferir que o EIA, por vezes omite fatores relevantes, como por exemplo, os impactos socioambientais, além de problemas de ordem estrutural que restringe a análise do EIA a uma visão tecnicista, sem a participação de técnicos da área das Ciências Sociais e Humanas.

Palavras-Chave: Conflitos socioambientais. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. Socioambientalismo. Hidrelétricas.

RESUMO EXPANDIDO

1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho teve como problema norteador: Quais os fatores que comprometem a eficácia do estudo de impacto ambiental-EIA na prevenção de danos socioambientais decorrentes de hidrelétricas na Amazônia? Com base na problemática citada o estudo pretende identificar tais fatores com base em pesquisa teórico-jurídica e análise de casos publicados sobre o licenciamento de hidrelétricas na Amazônia que ocasionaram conflitos socioambientais.

2 O INSTRUMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Resolução nº 237/97 do CONAMA no seu artigo 1º trouxe o conceito legal de licenciamento ambiental. *In verbis*: “Procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e

¹ Graduando em Direito pelo Centro de Ensino Superior do Amapá.

² Graduando em Direito e Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro de Ensino Superior do Amapá.

³ Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá, Socióloga, Advogada, Professora no Governo do Estado do Amapá e Centro de Ensino Superior do Amapá.

atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras [...]”.

Sendo assim a licença ambiental é um ato administrativo (documento), com prazo de validade definido, pelo qual o órgão que possui competência para licenciar, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor (pessoa física ou jurídica).

3 DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Este mecanismo conforme normatizado na Resolução do CONAMA nº 001/86, artigo 6º, I, II, III, IV e 7º é materializado através de atividades técnicas que devem ser realizadas por equipe multidisciplinar habilitada, tendo em vista que este estudo contemplará diagnósticos ambientais e socioeconômicos; análise dos impactos ambientais e a definição das respectivas medidas mitigadoras, além da elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados). Sendo este também previsto na Constituição Federal, no artigo no art. 225, §1º, VI.

4 LIMITAÇÕES DOS ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA NOS EMPREENDIMENTOS HIDRELETRICOS E OS DANOS SOCIOAMBIENTAIS

Em 2004 o Ministério Público Federal publicou um documento intitulado “Deficiência em estudo de impacto ambiental. Síntese de uma experiência” em que analistas periciais avaliaram 80 processos de licenciamento ambiental e apontaram as falhas na emissão de licenças ambientais pelos órgãos competentes em virtude de EIAs/RIMAs incompletos e com metodologias inadequadas.

Segundo o MPF (2004)⁴ as falhas na metodologia do estudo de impacto ambiental na Amazônia na construção de hidrelétricas são: diagnósticos ambientais feitos em períodos limitados, sem um histórico da área, esforços amostrais insuficientes, falta de identificação de alguns impactos ou só identificação parcial dos mesmos, delimitações malfeitas das áreas de influência dos empreendimentos, entre outros. As consequências apontadas pelo estudo em decorrência destes problemas são impactos ambientais que não foram previstos e, portanto, sem respectivas medidas mitigadoras, impactos mitigados de forma insatisfatória e conflitos entre da população e o empreendedor, demonstrando-se assim ineficaz na prevenção de danos socioambientais.

Dentre os fatores que comprometem a eficácia do estudo de impacto ambiental-EIA na prevenção de danos socioambientais a não multidisciplinariedade na análise dos referidos estudos, o qual se baseia em uma visão tecnicista, onde não se tem ou quando tem é reduzido a participação de técnicos das Ciências Sociais e Humanas. (SOUZA, 2012)⁵. Essa realidade é visualizada na Amazônia, onde se observa a ineficácia do EIA na prevenção de danos socioambientais, ou seja, impactos gerados por empreendimentos licenciados tanto ao meio ambiente natural quanto para a própria sociedade.

Outro caso de licenciamento ambiental de magnitude nacional é o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em que grupo paralelo de pesquisadores realizou um meticuloso exame do EIA/RIMA que foi objeto exigido no processo de licenciamento desta usina,

⁴ MPF. **Deficiência em estudo de impacto ambiental. Síntese de uma experiência**. Ministério Público Federal.

^{4a} Câmara de Supervisão e Coordenação: Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília. 2004.

⁵ SOUZA, Adirleide G.C. de. **Direito e Licenciamento Socioambiental no Amapá**. Macapá: CEAP, 2012.

apontando as muitas lacunas e falhas metodológicas que permitiram subestimar os graves impactos ambientais e sociais do empreendimento. (LISBOA; ZAGALLO, 2010)⁶

Todavia estes empreendimentos continuam em andamento, apesar das irregularidades contidas nos seus estudos e consequentemente no decorrer do processo de licenciamento.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, metade da energia prevista para entrar no sistema até 2020 está na Amazônia. Seria necessária uma gigantesca mudança de hábito, sobretudo nas grandes capitais brasileiras, para que este aumento de energia elétrica não fosse necessário, uma vez, que os projetos hidrelétricos causam danos socioambientais diversos. Neste contexto, ficam evidente as limitações da prevenção dos danos socioambientais e os conflitos oriundos.

Surge daí, além da necessidade de Educação Ambiental não apenas na Amazônia, mas para as demais regiões do país, também a participação popular ativa, bem como, potencializar a fiscalização com intuito de responsabilizar empreendimentos e técnicos que omitirem ou induzirem a erros - devido metodologias inadequadas na elaboração do EIA- a concessões de licenças ambientais indevidas.

5 CONCLUSÕES

A falha na elaboração e análise de EIA/RIMA vem gerando na Amazônia graves danos ambientais, sendo assim, necessário normatizar critérios e indicadores socioambientais na elaboração e análise de EIA/RIMA, rompendo as limitações apenas ao meio ambiente natural. A inserção nos Planos de Cargos e salários ou Leis Orgânicas dos Órgãos ambientais de técnicos nas áreas das Ciências Sociais e Humanas aumentam a possibilidade de consideração no licenciamento ambiental de critérios socioambientais.

Incentivar pesquisa e políticas de Educação Ambiental para consumo sustentável de energia, evitando desperdício e necessidade de aumento de produção energética, bem como, para prevenir danos socioambientais. Potencializar a fiscalização na Amazônia, com intuito, de responsabilizar empreendimentos e equipes técnicas que omitirem ou induzirem a erro licenciamento de empreendimentos que venham a causar danos socioambientais, assim como, garantir que as medidas mitigadoras de danos socioambientais previstas no EIA sejam efetivadas. Além disso, se faz necessário expandir a participação popular no procedimento de Licenciamento Ambiental, diminuindo os conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, F. N. A. **A participação social no licenciamento ambiental na Bahia: Sujeitos e práticas sociais.** 2006. 476 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BANCO MUNDIAL. **Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: Uma Contribuição para o Debate.** Volume II Relatório Principal. 109 p. 2008.

BARBOSA, Rildo; BARSANO, Paulo; IBRAHIN, Francini. **Legislação Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2014.

⁶ LISBOA, M. V; ZAGALLO, J. G. C. **Violações de Direitos Humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Relatório da missão Xingu. 2010.

CAMPOS, S. R. M; SILVA, V. P. **A efetividade do estudo de impacto ambiental e do licenciamento em projetos de usinas hidrelétrica.** Caminhos de Geografia. Uberlândia v. 13, n. 41, p. 1 – 14. 2012.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 13ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEITE, José Rubens Morato. **Direito Ambiental Simplificado.** São Paulo: Saraiva, 2011.

LISBOA, M. V; ZAGALLO, J. G. C. **Violações de Direitos Humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Relatório da missão Xingu. 2010.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente – a gestão ambiental em foco.** 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MPF. **Deficiência em estudo de impacto ambiental. Síntese de uma experiência.** Ministério Público Federal. 4ª Câmara de Supervisão e Coordenação: Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília. 2004.

SOUZA, Adirleide G. C.de. **Direito e Licenciamento Socioambiental no Amapá.** Macapá: CEAP, 2012.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Cartilha de licenciamento ambiental.** 2ª ed. Brasília: Tribunal de Contas da União e colaboração do IBAMA, 2007.

VIEIRA, J. N. **O licenciamento ambiental e o seu impacto jurídico no município de Macapá-AP.** 2008. 43 p. Monografia (Graduação em Direito) – Centro de Ensino Superior do Amapá, Macapá, 2008.